

Intervenção do Ministro de Estado, da Economia e Transição Digital no debate parlamentar de apreciação do Programa do Governo

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

O Governo apresenta hoje o seu programa nesta Assembleia num quadro económico bastante diferente daquele que se verificava há menos de quatro anos. A ambição que, no programa do anterior Governo, se afirmava não era pequena: construir em Portugal uma década de convergência com a Europa, com mais coesão social e maior coesão territorial. Mas, no plano económico, as ações imediatas eram condicionadas pela situação financeira precária que então ainda se vivia. Por isso, as primeiras prioridades desse programa eram claras e bem assumidas: recuperar o rendimento das famílias, reduzir o desemprego, resolver o problema do financiamento das empresas.

Na verdade, sem que estas questões fossem ultrapassadas, dificilmente aquela ambição poderia vir a ser realidade. A degradação do investimento afetava a capacidade de crescimento da economia, o endividamento das empresas era muito elevado, as altas taxas de juro afetavam a sua competitividade perante as congéneres europeias e comprometiam a sua própria sobrevivência; o nível do desemprego prejudicava o crescimento do consumo e agravava o risco de pobreza.

Quatro anos depois, o panorama é bem diferente. Ao entramos no quarto ano consecutivo de convergência com a Europa, percebemos as mudanças estruturais que ocorreram no país. O investimento empresarial e as exportações apoiaram o crescimento da economia; pelo sexto ano consecutivo as contas externas apresentam saldos positivos; criaram-se 350.000 empregos; o ritmo de inovação intensificou-se - três regiões portuguesas são agora consideradas fortemente inovadoras pela Comissão Europeia; as empresas estão mais capitalizadas, menos endividadas e mais rentáveis. A situação das finanças públicas e a estabilização do sistema financeiro fizeram com que Portugal seja o país da Zona Euro que nos últimos três anos mais viu os juros da dívida pública baixarem, oferecendo ao país um verdadeiro «dividendo da estabilidade» que nos permite agora investir nos serviços públicos e na modernização da nossa economia. Atenuaram-se as desigualdades e reduziu-se o número de pessoas em risco de pobreza.

Hoje, portanto, o país que se propunha atingir uma década de convergência com a Europa entra agora no segundo terço desse caminho. As expectativas dos portugueses, naturalmente, elevaram-se. Mas, ao mesmo tempo, o Governo tem consciência dos constrangimentos e dos desafios que o país enfrenta.

Desde logo, as alterações que a digitalização e a automação irão trazer às sociedades e às empresas não podem ser subestimadas. Novas formas de contactar com clientes, fornecedores ou parceiros e novos modos de interagir com as máquinas e o mundo alteram a forma como as comunidades se organizam e como a humanidade se compreende e se confronta com o seu futuro. As novas tecnologias de processamento e transmissão de dados não vão apenas criar novas atividades - vão alterar profundamente o modo como se desenvolvem as mais tradicionais. As mudanças dos últimos anos foram muito rápidas e extensas, e, à medida que as tecnologias se disseminam, elas vão mesmo acelerar.

Essas mudanças encerram também ameaças. A OCDE estima que cerca de 10% dos postos de trabalho virão a ser substituídos por máquinas, e que 25% correspondem a funções que podem ser em grande parte automatizadas. Aqueles que não disponham das competências para operar no novo ambiente digital correm o risco de ficar pelo caminho. O potencial de desregulação das relações laborais também é profundo, e a economia digital corre o sério risco de aumentar a precarização do trabalho e de fragilizar a situação dos trabalhadores. As empresas e os países que se preparem para os desafios que a transformação digital coloca vão crescer e prosperar. As outras podem tornar-se cada vez mais periféricas.

Mas o processo de transformação digital permite-nos aspirar que Portugal possa ser, no termo da próxima década, uma sociedade verdadeiramente desenvolvida, com uma economia assente no conhecimento, em que o crescimento sustentado da produtividade assenta na inovação e na qualificação das pessoas; uma sociedade inclusiva, que a todos oferece as competências para poderem participar nas oportunidades criadas pelas novas tecnologias digitais e apoiada num Estado Social forte; um país dotado de uma Administração Pública mais eficaz e transparente.

Durante a legislatura anterior, foi lançado a iniciativa Portugal INCoDe.2030, visando o reforço das competências digitais no nosso país. A importância e a rapidez da transformação digital exigem, porém, atenção acrescida e liderança mais próxima para assegurar a melhor transição para a sociedade digital.

Na orgânica do governo, isso exige o trabalho articulado entre várias áreas de governação, para assegurar a concretização do programa. Desde logo, com as infraestruturas e comunicações, por forma a acelerar a cobertura do território por redes de comunicações de nova geração em todo o país e em particular nos territórios de baixa densidade. Depois, com as áreas da educação e do ensino superior. É na matéria das qualificações que Portugal fez mais notáveis progressos ao longo deste século, mas também que continua mais afastado da média europeia. Aceleraremos a digitalização as escolas, promovendo a generalização das competências digitais de alunos e professores e apostando na digitalização dos manuais escolares e outros instrumentos pedagógicos. Iremos trabalhar no reforço do financiamento ao ensino superior, mas procurar que este esteja associado ao seu alargamento a novos públicos e à promoção das competências em computação em todas as áreas de formação em ciências e tecnologia. Na área da modernização do Estado, a transformação digital oferece uma das mais poderosas oportunidades de melhorias e simplificação dos serviços da Administração Pública. Assumimos que, ao longo da legislatura, os 25 serviços mais utilizados pelos cidadãos e pelas empresas serão desmaterializados, simplificados e acessíveis online. Iremos investir na promoção da utilização da Internet e da literacia digital, com vista a que, em 2025, 65% dos indivíduos estejam dotados de competências digitais básicas ou mais que básicas. Na área da economia, prosseguiremos a execução do programa Indústria 4.0, com vista a capacitar as organizações para a maturidade digital - assegurando a formação de 200.000 trabalhadores, a intervenção junto de 20.000 empresas e o financiamento de 350 programas de transformação digital. Procuraremos que 50.000 microempresas na área do comércio e serviços desenvolvam uma presença digital básica. Na área da ciência, trabalharemos para que Portugal esteja na linha da frente do desenvolvimento de conhecimento na área das ciências da computação, da inteligência artificial e da cibersegurança.

Sabemos, assim, que o esforço de investimento se deve intensificar; mas sabemos também que os mercados externos apresentam aos investidores um cenário de incerteza. O comércio internacional desacelerou e entrou em queda desde 2018. A tensão mantém-se entre as principais economias mundiais e o cenário de um *Brexit* sem acordo não está ainda totalmente afastado. Portugal tem continuado a crescer acima da média europeia, mas a um ritmo inferior ao de anos anteriores.

Mas as incertezas externas não podem desviar as empresas de prosseguirem o esforço de mudança estrutural de que depende a sua competitividade futura.

Não deixará o Governo de estar atento ao contexto externo e de ajustar a política económica às suas vicissitudes, mas as políticas públicas deverão apoiar o reforço do investimento público e privado. O Governo pretende usar os recursos ao seu dispor para o efeito.

Propomo-nos, em primeiro lugar, acelerar o ritmo do investimento público em áreas críticas, para assegurar infraestruturas modernas e capazes ao serviço das empresas e dos cidadãos. O investimento público, designadamente na área da ferrovia e em obras de renovação de diferentes vias rodoviárias e em várias ligações transfronteiriças, crescerá a um ritmo superior a 10% ao ano durante a legislatura, atingindo um valor de 10.000 milhões de euros no quadro da legislatura. A ele somar-se-ão mais de 3.000 milhões de euros de investimento privado nos portos e no reforço da capacidade aeroportuária em Lisboa e no Porto. Nos próximos anos, portanto, o investimento público e privado em infraestruturas críticas constituirá, por si só, um fator de crescimento da economia. E todos estes investimentos irão, no futuro, reforçar a competitividade das empresas portuguesas, ao oferecerem mais capacidade, interoperabilidade e redução dos tempos de trajeto.

Em segundo lugar, propomo-nos usar instrumentos financeiros públicos para apoiar o investimento empresarial. Para tal, vamos criar, finalmente, um verdadeiro banco promocional nacional a partir da integração das diversas sociedades financeiras do Ministério da Economia. Nos próximos cem dias, esta nova instituição deverá estar constituída, podendo vir a disponibilizar às empresas portuguesas instrumentos de dívida e de capital em condições de prazo adequadas e a um custo mais reduzido que atualmente. Irá funcionar, igualmente, como um Banco Verde, apoiando os investimentos necessários ao esforço de descarbonização de Economia e ao combate às alterações climáticas.

Em terceiro lugar, o Governo propõe criar um quadro fiscal estável que facilite e apoie o investimento empresarial. Ao longo da legislatura procurar-se-á que não haja agravamento da fiscalidade sobre as empresas. Irá ser prosseguida a política de incentivos ao investimento, nomeadamente através do alargamento da dedução de lucros retidos e reinvestidos em sede de IRC e da melhoria do SIFIDE, para apoiar o esforço das empresas na inovação, e no reforço da capacidade produtiva. Procurar-se-á ainda apoiar os processos de ganho de escala e de sucessão empresarial e serão prosseguidas outras oportunidades de desagravamento da fiscalidade das empresas. Não menos importante, continuar-se-á a trabalhar na diminuição dos custos associados ao pagamento de impostos, procurando a diminuição do esforço de tesouraria associado e a simplificação administrativa.

Em quarto lugar, iremos promover, no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social, um acordo estratégico sobre a reforma da formação profissional, procurando aproximar as ofertas formativas das necessidades da procura.

Em quinto lugar, iremos continuar a apoiar a I&D empresarial e os centros de interface tecnológico, com o objetivo de atingir um peso da despesa em I&D equivalente a 3% do PIB em 2030. A este propósito, iremos disponibilizar, até ao início do próximo ano, 200 milhões de euros para a capacitação das infraestruturas tecnológicas e para apoiar programas mobilizadores em co-promoção.

E iremos prosseguir de forma muito determinada os esforços de simplificação administrativa e de melhoria do ambiente de negócios, com vista à redução consistente dos custos de contexto.

Hoje, como dizia, o país tem outras ambições, e outros recursos para as poder prosseguir. Mas, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, a mais decisiva aposta na construção de um país moderno e inovador implica, sobretudo, pensar nas pessoas.

Se há quatro anos, o trabalho parecia ser a alguns um recurso abundante e barato, hoje, pelo contrário, as pessoas são um recurso escasso e crítico para a nossa competitividade futura. A emigração massiva nos anos de crise determinou que hoje Portugal tenha menos 300.000 ativos do que tinha há uma década. E se já conseguimos recuperar saldos migratórios positivos, não é menos certo que os números da emigração continuam a ser elevados. As pessoas devem por isso ser encaradas pelas empresas como qualquer outro recurso crítico.

O exemplo é claro, e é-nos dado pelas próprias empresas que nos tiraram da crise: estas foram as empresas mais produtivas e expostas à concorrência externa. A lição destas empresas é que competir com base no baixo preço e baixos custos é proposta derrotada. Hoje, podemos falar internacionalmente de um modelo económico português: ele é caracterizado pela flexibilidade dos processos de produção, pelo foco no serviço, no desenvolvimento de produto, na resposta rápida, e na elevada qualidade a preço competitivo. Ora, este modelo repousa na qualidade da gestão e na qualificação e experiência dos trabalhadores.

Assim, a sociedade portuguesa tem de dirigir uma mensagem muito clara aos jovens e à classe média: a de que em Portugal se podem aplicar plenamente as qualificações em que investiram.

O Estado procurará apoiar o crescimento do rendimento disponível das classes médias através da redução do IRS ou do continuado reforço dos serviços públicos. O Governo procurará ainda promover o diálogo social, com vista ao reforço das medidas de combate à precariedade, à redução dos níveis de insegurança no mercado de trabalho e ao relançamento da negociação coletiva.

Mas o Governo entende que se deve ir mais longe, e, por isso, pretende convidar os parceiros sociais para negociar, em sede de concertação social, um acordo global sobre crescimento económico e rendimentos para a legislatura - um acordo que sirva de referência para a contratação coletiva e que preveja uma clara valorização dos rendimentos do trabalho e, em particular, dos jovens qualificados.

A valorização dos rendimentos do trabalho é justa, é possível e é necessária.

É justa, desde logo, porque durante o período do ajustamento os rendimentos do trabalho foram os mais afetados. E se nos últimos anos os salários vêm subindo em todos os níveis de remuneração, o peso dos rendimentos do trabalho no PIB ainda se mantém bastante abaixo daquilo que era em 2010.

A valorização dos rendimentos do trabalho é também possível. Se há quatro anos a situação das empresas era condicionada pela sua situação financeira precária, hoje em dia a rentabilidade dos seus ativos e dos seus capitais próprios está mais sólida, oferecendo-lhes maior capacidade de investir nos recursos mais críticos para o seu futuro.

A melhoria dos rendimentos do trabalho é, finalmente, necessária. A disponibilidade de trabalhadores com as qualificações adequadas é hoje a maior preocupação das nossas empresas. Valorização do trabalho e competitividade não estão em conflito. Pelo contrário, a atração de trabalhadores com as qualificações e a experiência necessários são uma condição da competitividade.

O Governo pretende apoiar o crescimento da competitividade das empresas, para que enfrentem com sucesso os muitos desafios que os próximos anos nos apresentam. Em última análise, disso depende a capacidade de construirmos um país que oferece a todos os que aqui vivem e trabalham a possibilidade de aqui construir os projetos de vida correspondentes às suas

aspirações e às suas qualificações. É para este objetivo que foi construído o Programa que hoje se submete ao Parlamento; é com a sua execução que o Governo se compromete para os próximos quatro anos.